

CONTAS PÚBLICAS

Arrecadação soma R\$ 1,2 tri

Esse é o melhor desempenho para o período de janeiro a maio desde o início da série histórica, com elevação de 3,95%

» RAFAELA GONÇALVES

A arrecadação federal de impostos e contribuições federais somou R\$ 1,138 trilhão nos meses de janeiro a maio de 2025. De acordo com os dados, divulgados ontem pela Receita Federal, esse é o melhor desempenho arrecadatório para o período desde o início da série histórica, em 1995.

O montante representa um aumento real —descontada a inflação— de 3,95% na comparação com o mesmo período acumulado de 2024. Esses são os primeiros dados de arrecadação divulgados neste ano, devido à greve de servidores enfrentada pela Receita. A mobilização foi suspensa após determinação do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Apenas no mês de maio, a arrecadação foi de R\$ 230,152 bilhões em maio, uma alta real de 7,66% na comparação com o mesmo mês do ano passado. O resultado também representa o melhor desempenho arrecadatório para o mês de maio da série histórica. Desse valor, foram R\$ 223,8 bilhões administrados pela Receita e R\$ 6,4 bilhões administrados por outros órgãos.

No pacote administrado pela Receita são incluídos tributos como imposto de renda de pessoas físicas e empresas, receita previdenciária, imposto sobre importação, sobre produtos industriais (IPI), imposto sobre operações financeiras (IOF), PIS/Cofins, entre outros. As receitas administradas por outros órgãos incluem rubricas como royalties e depósitos judiciais.

O desempenho positivo foi influenciado pela atividade macroeconômica, além da maior arrecadação do Imposto de Renda sobre ganhos de capital, que foi influenciado pelo aumento da taxa básica de juros (Selic) nos últimos meses, e pelo desempenho dos tributos do comércio exterior.

Segundo o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias, houve também um incremento na arrecadação com a tributação dos jogos de azar e apostas. A regulamentação da atividade

das casas de apostas virtuais, as chamadas bets, passou a valer em 2025. “A partir de fevereiro, já tivemos a arrecadação da nova sistemática de tributação das empresas que reúnem as apostas de cotas fixas”, comentou.

IOF

Apesar do bom desempenho, o resultado se dá no momento em que o governo federal tem intensificado os esforços para aumentar a arrecadação, com o objetivo de cumprir a meta fiscal estabelecida para 2025. Segundo os auditores fiscais da Receita, ainda não é possível mensurar exatamente quanto o governo deixará de arrecadar após a derrubada do decreto que aumentava a cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

De acordo com Malaquias, as áreas jurídicas da Receita e do Ministério da Fazenda ainda precisam fazer uma análise do decreto para avaliar quais os efeitos da decisão. Ele reforçou que as estimativas de arrecadação do ano devem diminuir. “Assim que sair o decreto legislativo, vamos fazer a aferição precisa da arrecadação entre o período que o decreto vigorou e o que vai deixar de vigorar. Só aí teremos os efeitos precisos do impacto da decisão”, afirmou.

O Executivo precisa buscar alternativas para compensar a perda de R\$ 10 bilhões na arrecadação prevista para este ano. “O governo ainda enfrenta dificuldades para aprovar medidas de aumento de receita e sem cortes de gastos, o equilíbrio das contas fica ameaçado”, destacou Gustavo Trotta, especialista da Valor Investimentos.

Com a economia mais aquecida e o risco fiscal em aberto, a tendência é de que o Banco Central adote uma postura mais contracionista, como já vem fazendo. “Essa arrecadação recorde é um sinal positivo sobre a economia aquecida, mas não resolve sozinho os desafios fiscais. Sem responsabilidade nos gastos, o risco de funcionário aumenta, e isso afeta diretamente juros, mercado de investimentos e por aí vai”, avaliou Trotta.

Mês a mês

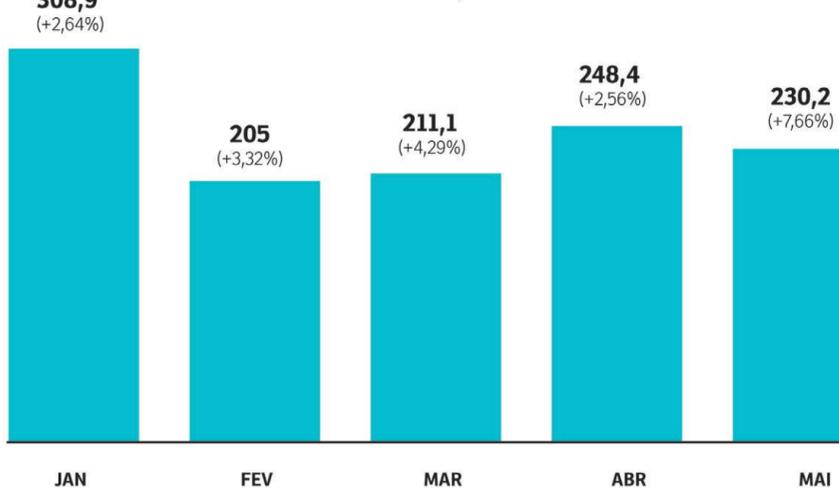
Com variação anual



Valores em bilhões de R\$

R\$ 1,138 trilhão (+3,95%)

Total arrecadado de janeiro a maio



Fonte: Receita Federal

BC eleva previsão do PIB de 1,9% para 2,1%

» ROSANA HESSEL

O Banco Central elevou a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro deste ano de 1,9% para 2,1%, conforme dados do Relatório de Política Monetária (RPM), divulgado ontem, mas manteve a perspectiva de desaceleração da atividade ao longo do ano, apesar de a atividade ter registrado desempenho acima do esperado, em parte, devido aos estímulos do governo ao crédito.

“Apesar da revisão para cima na projeção de crescimento do PIB em 2025, permanece a expectativa de desaceleração da atividade econômica ao longo do trimestre corrente e do segundo semestre. A moderação esperada decorre da manutenção de uma política monetária restritiva, do reduzido grau de ociosidade dos fatores de produção, da perspectiva de moderação do crescimento global e da redução do impulso da agropecuária registrado no primeiro trimestre”, destacou o documento substituiu o Relatório Trimestral de Inflação (RTI) do Banco Central.

O BC reconheceu no relatório que, no cenário doméstico, os dados de atividade e de mercado de trabalho se apresentaram um pouco mais fortes que o esperado no primeiro trimestre do ano, quando o PIB avançou 1,4% devido ao bom desempenho de setores menos sensíveis ao ciclo econômico, em especial a agropecuária, mas ainda destacou que os estímulos ao crédito consignado ajudaram no aumento do consumo doméstico.

De acordo com o RPM, a mudança nas projeções “refletiu a surpresa ligeiramente positiva no resultado do primeiro trimestre” e também incorpora o aquecimento além do esperado do mercado

de trabalho no início do segundo trimestre e —ainda que sob elevada incerteza— algum impacto sobre consumo e PIB das alterações no crédito consignado a trabalhadores do setor privado. Com a resiliência do mercado de crédito, o BC ainda elevou de 7,7% para 8,5% a projeção de crescimento do crédito em 2025.

Inflação desancorada

O Banco Central reconheceu que, apesar da continuidade do aperto monetário, a atividade mais forte contribuiu para que a inflação continue acima do centro da meta no acumulado em 12 meses, de 3%, até o horizonte relevante que é monitorado pela política monetária. Neste relatório, o horizonte relevante da política monetária considerando é o quarto trimestre de 2026, que tem o indicador do custo de vida projetado em 3,6%.

“A nossa avaliação, já colocada nas comunicações, é de uma inflação resiliente acima da meta. Apesar da surpresa baixista no período recente, no acumulado em 12 meses”, afirmou o diretor de Política Econômica do BC, Diogo Guillen, na entrevista coletiva, na qual detalhou o relatório, junto com Gabriel Galípulo, presidente da autarquia. Guillen reconheceu que houve surpresas no desempenho da atividade econômica, principalmente no setor agropecuário e no consumo, para o BC elevar de 1,9% para 2,1% a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano.

O relatório destacou que, no acumulado em 12 meses, a inflação oficial medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) aumentou de 5,06%, em fevereiro, para 5,32%, em maio, ficando

Raphael Ribeiro/BC



Ao lado de Galípulo, o diretor Diogo Guillen afirmou que a inflação permanecerá “resiliente acima da meta”

levemente abaixo do projetado no relatório anterior, divulgado em março, mas ainda acima do teto da meta, de 4,50%.

“Considerando a série trimestral dessazonalizada, tanto a inflação cheia como a média dos núcleos foram ligeiramente menores que no trimestre anterior, mas continuam acima da meta”, destacou o texto, que ressaltou que, nos horizontes mais longos, não houve melhora para as estimativas do indicador do custo de vida, apesar do recuo das projeções para o IPCA

acumulado em quatro trimestres, de 5,40% a 5,50%, para 4,9%, no fim deste ano; passando para 3,6%, em 2026, e para 3,2%, no quarto trimestre de 2027.

Cenário externo

O Relatório de Política Monetária demonstrou preocupação com o aumento das incertezas no cenário internacional.

“O ambiente externo mantém-se adverso e segue exigindo cautela por parte de países

emergentes. O cenário se mostra particularmente incerto em função da conjuntura e da política econômica nos Estados Unidos, principalmente acerca de suas políticas comercial e fiscal e de seus respectivos efeitos”, destacou o documento. “O comportamento e a volatilidade de diferentes classes de ativos também têm sido afetados, com reflexos nas condições financeiras globais. O acirramento da tensão geopolítica adiciona ainda mais incerteza a esse quadro”, acrescentou o texto.

R\$ 40,6 bi de deficit

» RAPHAEL PATI

O governo central voltou a fechar as contas no vermelho no último mês de maio. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, o déficit primário foi de R\$ 40,6 bilhões, de acordo com dados publicados ontem pelo Tesouro Nacional. A avaliação do órgão é de que o resultado foi menos negativo do que o apontado pela mediana de projeções do Ministério da Fazenda, que estimava um déficit de R\$ 62,2 bilhões.

Considerando apenas o Tesouro Nacional e o Banco Central, o resultado do mês de maio foi superavitário em R\$ 15,5 bilhões. Por outro lado, a Previdência Social (RGPS) respondeu por um déficit de R\$ 56,2 bilhões no mesmo período. Na comparação com o mês de maio do ano passado, a receita líquida apresentou um crescimento de 2,8% (R\$ 4,9 bilhões), enquanto as despesas totais tiveram queda de 7,6% (R\$ 18,1 bilhões).

Pelo lado das despesas, houve uma redução real no mês de maio das despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira, em R\$ 12 bilhões; de créditos extraordinários, em R\$ 6,6 bilhões; e de benefícios previdenciários, em R\$ 3,9 bilhões. No caso dos créditos extraordinários, houve uma queda forte de 94,9%, em virtude do aumento exponencial nessa mesma época do ano passado, por conta da calamidade no Rio Grande do Sul, que ocorreu em maio de 2024.

Apesar do déficit em maio, o governo central atingiu um superavit primário de R\$ 32,2 bilhões no acumulado dos cinco primeiros meses do ano, ante um resultado negativo de R\$ 28,7 bilhões no mesmo período de 2024, em valores nominais.

De acordo com o Tesouro, o resultado acumulado deste ano decorre de um superavit de R\$ 186,5 bilhões nas contas do Tesouro Nacional e do Banco Central, e de um déficit de R\$ 154,3 bilhões pelo lado da Previdência. Em termos reais (descontada a inflação), a receita líquida registrou um aumento de 3,3%, ou R\$ 31,2 bilhões, no resultado até maio, enquanto a despesa observou regrediu 3,3%, ou R\$ 32,1 bilhões.

Efeito IOF

Ao detalhar os números, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirmou que a equipe econômica corre contr o tempo para preparar medidas compensatórias para a derrubada do decreto que elevou o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) pelo Congresso, antes do início do recesso parlamentar, em 17 de julho. O prazo coincide com o fim da preparação para a apresentação do Relatório Bimestral de Receitas e Despesas, quando o governo terá de cortar gastos, caso a receita seja insuficiente para cumprir o arcabouço fiscal.

“Foram sinalizados alguns caminhos, e vamos ver qual deles vai prosperar para que a gente possa seguir em frente, cumprindo o Orçamento e evitando um cenário mais drástico na execução orçamentária”, afirmou Ceron.

Os três caminhos mencionados pelo secretário haviam sido enumerados pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em um podcast. Um deles seria apelar para a judicialização. Ceron preferiu não comentar essa possibilidade e disse que o governo espera encontrar uma solução pelo lado do Orçamento, apesar de admitir que podem haver novos bloqueios. “Se não houver uma solução pelo lado das receitas, naturalmente vai ter uma contenção ainda maior, que vai, inevitavelmente, ter algum efeito sobre algumas políticas públicas”, considerou.

Com a derrubada do decreto que previa alíquotas maiores para o IOF e considerando a manutenção da medida provisória que prevê outras compensações, como taxação de bets, o governo projeta um déficit de R\$ 12 bilhões.